



Governo do Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais
Membros: Antônio Ribeiro Romanelli/ Alberto Carlos Dias Duarte/ Carlos Vitor Alves Delamônica/ Emely Vieira Salazar/
Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/ Maria Céres Pimenta Spinola Castro

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

FICHA DE TESTEMUNHO

Subcomissão: Mortos e Desaparecidos
Número do caso: _____

DADOS DO DEPOIMENTO/TESTEMUNHO:

1. Data: 17/SETEMBRO/2014
2. Hora de início: _____
3. Hora de encerramento: _____
4. Local: SEDE DA COVEMG
5. Nome/função dos entrevistadores:
HELENA AMORIM / COORDENADORA
THELMA / _____
_____ / _____

DADOS DO DEPOENTE;

1. Nome completo: JOSÉ FRANCISCO NERES
2. Data de nascimento: 24.12.1934
3. Naturalidade (cidade/estado): Bela Horizonte
4. Nacionalidade: BRASEIRA
5. Sexo: () Feminino (X) Masculino
6. Documentos de Identificação:
RG: 46353316
CPF: 137347096
Outro: _____
7. Endereço atual completo:
Rua Ten. Edmundo Messeder, 165, Aptº 103
Bl. 12, B. Heliópolis - CEP 31.744.505
8. Telefones:
Residência: 3494-64.64-
Celular: _____
Trabalho: _____
9. Endereço eletrônico: _____
10. O declarante é:
(X) Vítima
() Familiar de vítima
(X) Testemunha
() Outro _____



Governo do Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais
Membros: Antônio Ribeiro Romanelli/ Alberto Carlos Dias Duarte/ Carlos Vitor Alves Delamônica/ Emely Vieira Salazar/
Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/ Maria Céres Pimenta Spinola Castro

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

DECLARAÇÃO SOBRE O RELATO

Eu, José Francisco Nery, qualificado na Ficha de Testemunho, concordo integralmente com as disposições contidas no documento da Covemg denominado DEVERES E DIREITOS DOS DEPOENTES, nada tendo a opor.

DECLARO que são fidedignas as informações prestadas em meu relato nesta data, sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período indicado na Lei nº 20.765/2013, assinando abaixo a presente.

AUTORIZO a utilização do meu relato para todas as finalidades relativas ao cumprimento do mandato da Covemg, em especial para fins de incorporação ao Relatório Final.

E ainda,

- autorizo a gravação do meu depoimento
- autorizo a utilização de imagens colhidas no depoimento
- requeiro que meu nome seja mantido em sigilo.

Belo Horizonte, 17 de Setembro de 2014
(local) (dia) (mês) (ano)

Assinatura: José Francisco Nery
Nome legível: JOSÉ FRANCISCO NERY



Governo do Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais
Membros: Antônio Ribeiro Romanelli/ Alberto Carlos Dias Duarte/ Carlos Vitor Alves Delamônica/ Emely Vieira Salazar/
Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/ Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20765/2013

DIREITOS E DEVERES DOS DEPOENTES

DEVERES

Identificação:

1. Identificar-se devidamente, de acordo com os dados solicitados na FICHA DE TESTEMUNHO , seguindo as orientações propostas para o preenchimento.
2. Assinar a Declaração sobre o Relato e marcar as opções nela oferecidas. Se a pessoa não souber assinar, deverá colocar a digital do polegar ou solicitar que alguém assine por ela, destacando este fato.

Quem pode depor:

3. Qualquer pessoa capaz — física ou representante de pessoa jurídica — pode ser depoente.
4. O depoente pode comparecer espontaneamente ou por convite, para relatar os fatos de que têm conhecimento.
5. No caso de funcionários públicos, poderá, se solicitado pelo interessado, haver prévia comunicação a seus superiores.
6. Os depoentes prestarão, oralmente ou por escrito, depoimento sobre fatos passados e relevantes de que tenham ciência, relacionados às graves violações de direitos humanos cometidas, sofridas ou presenciadas, ou que de alguma forma tenham informações, previstas na lei que instituiu a Covemg e de interesse de suas subcomissões.
7. Os depoentes explicarão como se desenrolaram os fatos e suas circunstâncias, com a maior precisão e exatidão possíveis, identificando sua autoria quando possível.
8. Incumbe aos depoentes dizer a verdade, toda verdade e somente a verdade sobre os fatos.
9. No caso de depoimentos orais é facultada a consulta a notas e apontamentos.
10. Os depoentes poderão ser ouvidos mais de uma vez pela Covemg, caso seja considerado necessário, na hipótese, por exemplo, de surgirem fatos novos, acesso dos depoentes a novas informações, ou surgirem versões discrepantes sobre o mesmo fato.

Normas de Segurança:

11. Os depoentes observarão as normas de segurança indicadas pela Covemg para as sessões de depoimentos.

Responsabilidade:

12. Os depoentes colaborarão com a Covemg e farão seus relatos dos fatos com boa fé e lealdade, assumindo a responsabilidade integral por sua veracidade, para todos os efeitos legais.

DIREITOS

13. Os depoentes serão tratados com o devido respeito, sendo preservada a sua dignidade.
14. Os depoimentos são considerados de interesse público, não podendo seus autores sofrerem qualquer desconto em sua remuneração no trabalho
15. Poderá ser solicitado pelos depoentes o pagamento da despesa efetuada para comparecimento à sessão da Covemg ou o transporte necessário, desde que devidamente justificado, ficando a critério da Comissão sua apreciação.
16. Os depoentes poderão contar com apoio psicológico, desde que previamente solicitado, de acordo com as normas editadas a respeito pela Covemg.
17. Os depoimentos prestados oralmente serão gravados. Só haverá filmagem mediante expressa e prévia autorização do depoente.
18. A utilização do conteúdo do depoimento será exclusivamente para as finalidades do mandato da Covemg, previstas na Lei e incorporação ao Relatório Final, em qualquer das formas que este assuma, se assim for considerado pela Comissão.
19. O depoente, caso solicite, terá direito a uma cópia de seu relato.

Ciente:

Assinatura:

Nome legível:

João Francisco Alves
JOÃO FRANCISCO ALVES